



Souza (E), relator da MP, Braga (2º à esq.), líder do governo, e os opositores Agripino, Aloysio e Randolfe (D) durante a votação

Waldemir Barreto/Agência Senado

## Senado aprova incentivos a parcerias público-privadas

Projeto originário de medida provisória permite que governos federal, estaduais e municipais paguem empresas contratadas para realizar obras, por meio de PPPs, antes da conclusão dos trabalhos. Texto volta para a Câmara

O Plenário aprovou ontem o PLV 25/12, resultante de medida provisória que estimula as parcerias público-privadas. Pelo

texto, empresas poderão receber pagamentos dos governos antes de concluírem obras previstas em contratos. Os repasses deverão ser feitos

de acordo com as etapas executadas. Emendas incluíram no projeto até a criação de cargos em ministérios, o que gerou protestos da oposição. **3**

**Vai para sanção nova estatal de fomento ao transporte **3****



Eunício (E) conduz votação de parecer de Luiz Henrique (D) a projeto de Paulo Bauer (2º à dir.)

**Isenção de impostos em remédios segue para o Plenário **11****

**Sindicatos pedem extinção do fator previdenciário **12****

**Petrobras discorda de falha apontada pelo TCU **4****

**Recondução de conselheiro volta a provocar polêmica **6****

**Avança MP que trata da intervenção no setor elétrico **9****

**Deputado retira Gurgel do relatório final da CPI do Cachoeira**

Odair Cunha, relator da CPI, apresentou ontem o texto que será votado semana que vem pelos parlamentares da comissão. **7**



O deputado Odair Cunha, relator da CPI do Cachoeira, fala durante reunião do colegiado

Gerardo Magalhães/Agência Senado



José Cruz, Cássio Cunha Lima e Ana Moser ouvem o presidente do Comitê Paralímpico, Andrew Parsons

**Ex-atletas apoiam limite à reeleição de dirigentes de federações**

Romário, Raí, Hortência e Ana Moser defenderam projetos de lei durante audiência pública. **10**

Márcia Kalume/Agência Senado





Patricia Olamendi (D), da OEA, pediu a José Sarney apoio para que novo Código Penal beneficie as mulheres

## OEA pede ajuda no combate à violência contra a mulher

Representante da Organização dos Estados Americanos propôs a Sarney que o Senado faça modificações na legislação que facilitem o acesso das mulheres agredidas à Justiça

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, recebeu Patricia Olamendi, do Comitê de Peritas do Mecanismo de Acompanhamento de Implementação da Convenção de Belém do Pará, da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A convenção, adotada em 1994, trata do combate à violência contra as mulheres.

Patricia pediu a Sarney que seja garantido um melhor acesso à Justiça, em casos de violência contra as mulheres, na reforma do Código Penal.

Ela disse que o Brasil ocupa posição de liderança e, por isso, precisa ter um código penal que favoreça os mais pobres e necessitados. E enfatizou os avanços do país, como a Lei Maria da Penha, mas pediu um

reforço no combate à violência contra as mulheres fora do ambiente doméstico.

A representante da OEA disse ainda que há mulheres morrendo por falta de acesso à Justiça e citou como exemplo os abortos.

Sarney explicou à Patricia que o novo Código Penal ainda está em fase de discussão no Congresso. Uma comissão do Senado examina atualmente a proposta elaborada por juristas (PLS 236/12).

Quando ao aborto, o presidente afirmou que é um problema muito sensível ao Congresso Nacional.

— O Brasil é um país muito católico e muito grande — explicou.

Ao final da conversa, Patricia

disse que espera que a Convenção de Belém do Pará esteja bem refletida no novo Código Penal. Ela citou a necessidade de considerar a figura do feminicídio, correspondente ao assassinato de mulheres somente pelo fato de serem mulheres e discriminadas.

— O Brasil está fazendo mudanças enormes em favor da igualdade e da não discriminação. Essas mudanças também devem se refletir na Justiça. Nós cremos que o Brasil pode apresentar ao sistema interamericano um código penal que reflita a demanda e o sentimento dos brasileiros e das brasileiras por um acesso à Justiça mais igualitário, que considere todas as formas de violência contra as mulheres.

## Mozarildo quer a reorganização dos trabalhos no Senado

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez apelo à Mesa pela votação de projeto de autoria dele que reorganiza os trabalhos na Casa. O projeto de resolução (PRS 15/11) estabelece a alternância semanal entre sessões deliberativas e reuniões das comissões permanentes.

A intenção, disse, é resolver o problema do grande número de atividades marcadas para o mesmo horário no Plenário e nas comissões, o que limita a participação dos senadores. Segundo Mozarildo, que integra 14 comissões, é humanamente impossível conciliar todas as atividades.

— Isso não só provoca um desgaste para a grande maioria, como também provoca a falsa sensação de que a gente não presta atenção nos projetos que por aqui tramitam — argumentou.



Para Mozarildo, Plenário e comissões devem funcionar alternadamente

## Eduardo Amorim parabeniza chapa eleita na OAB-SE

Eduardo Amorim (PSC-SE) parabenizou o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de Sergipe, Carlos Augusto Monteiro Nascimento, pela reeleição para o comando da entidade. Amorim explicou que a chapa OAB Sempre Forte, encabeçada por Monteiro, foi a única a concorrer às eleições, “fato inédito” na história da ordem.

— Em Sergipe, a OAB demonstrou amadurecimento ao verificar o registro de uma única chapa, o que demonstrou uma gestão largamente aprovada pela categoria.

O senador também elogiou a participação da OAB-SE na Frente Nacional por Mais Recursos para a Saúde, que luta pela regulamentação da Emenda Constitucional 29/00, referente ao subfinanciamento do SUS.



Segundo Amorim, Carlos Nascimento concorreu à reeleição sem adversários

### ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h20 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.



José Sarney recebe Ângela Portela e bancadas de Roraima e Amapá, além de representantes da polícia civil dos estados

## Sarney apoia reintegração de servidores

Parlamentares das bancadas de Roraima e do Amapá pediram ontem o apoio do presidente do Senado, José Sarney, à proposta de emenda à Constituição (PEC 111/11), em tramitação na Câmara, que trata da reintegração aos quadros da União de servidores públicos que atuavam nos dois ex-territórios.

Ângela Portela (PT-RR) pediu o apoio de Sarney para que pelo menos o primeiro turno de votação da PEC na Câmara seja realizado este ano. O presidente do Senado

disse que tem lutado pela aprovação da proposta há muito tempo e prometeu falar com o presidente da Câmara, deputado Marco Maia.

— Hoje mesmo eu falo com ele mais uma vez. Já falei mais de dez — disse Sarney.

A senadora informou que o governo federal não deve se opor à aprovação da proposta.

— Nós tivemos ampla negociação, diálogo com o governo, com o Ministério do Planejamento. A ministra Miriam Belchior deixou muito claro que, se conseguirmos aprovar

a PEC, certamente o governo não teria nenhuma objeção de integrar esses servidores do estado de Amapá e Roraima nos quadros da União — afirmou.

Segundo Ângela, são cerca de 5 mil servidores envolvidos no processo, sendo que alguns estão desempregados. De acordo com o relator da PEC na Câmara, deputado Luciano Castro (PR-RR), a proposta permite ao governo analisar caso a caso para decidir se o servidor pode ou não ser reintegrado ao serviço público federal.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Produtos nacionais no PAC

14h Pauta trancada pela MP 580/12, que dá preferência a produtos e serviços nacionais nos editais de obras do PAC.

### PRESIDÊNCIA Brasil Carinhoso

11h José Sarney participa da cerimônia do Programa Brasil Carinhoso, no Palácio do Planalto; às 12h, sessão de promulgação da Emenda Constitucional 71/12, que institui o Sistema Nacional de Cultura. Às 16h, a ordem do dia e, em seguida, posse de Teori Albino Zavascki no STF.

### CRA Rodovias

8h30 Audiência sobre rodovias utilizadas para escoamento da produção agrícola.

### CDH Pessoa com deficiência

9h Debate sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

### CAE/CE Plano Nacional de Educação

9h O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, participa de audiência das Comissões de Educação e de Assuntos Econômicos sobre projeto que aprova o Plano Nacional de Educação. Às 14h, participam do debate outras autoridades.

### CRE Faixa de fronteira

10h Votação de projeto que prorroga o prazo para que sejam ratificadas concessões e alienações de terras feitas pelos estados em faixa de fronteira. Análise de indicações para a embaixada do Chile e a Representação Permanente nas Nações Unidas.

### CONGRESSO Cultura

12h Sessão do Congresso Nacional para promulgação da Emenda Constitucional 71/12, que institui o Sistema Nacional de Cultura, no Plenário do Senado.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.





Sarney (3º à esq.) preside votação da MP, elogiada por Dornelles (2º à esq.) como um estímulo ao investimento das empresas

## Aprovada MP que incentiva parcerias público-privadas

Texto acolhido pelo Plenário ontem permite que empresas contratadas por meio de PPPs recebam pagamentos mesmo antes da conclusão de obras

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto originário de medida provisória (MP) que permite aos governos federal, estaduais e municipais pagarem empresas que realizam obras por meio de parceria público-privada (PPP) antes do término dos trabalhos. Os repasses seriam feitos proporcionalmente às etapas concluídas.

Pela lei em vigor (Lei 11.079/04), os recursos são repassados após a conclusão das obras. O texto aprovado ontem (PLV 25/12, originário da MP 575/12) traz para as empresas a vantagem de dependerem menos de empréstimos para tocar os empreendimentos.

A MP assegura tratamento distinto em favor do parceiro privado, com a diluição do prazo de pagamento dos tributos federais sobre recursos públicos repassados para construção e aquisição de bens.

De início, haverá dispensa, por exemplo, do Imposto de Renda (IR), da Contribuição

Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do PIS-Pasep e da Cofins. A arrecadação dos impostos será feita à medida que os recursos forem efetivamente aplicados.

A proposta amplia de 3% para 5% o limite de comprometimento da receita corrente líquida (RCL) de estados e municípios com projetos executados por meio de PPPs, além de reduzir o prazo para as empresas acionarem o Fundo Garantidor de Parcerias (FGP), no caso do parceiro público não honrar a parte financeira do contrato.

— Não teremos um processo de desenvolvimento sustentado no Brasil sem aumentar o nível de investimento. E não é possível aumentá-lo só com recursos do Estado. É necessária uma participação grande do setor privado através do regime de concessões, e essa MP abre caminho para essa participação mais forte — disse Francisco Dornelles (PP-RJ).

### Contrabandos

Embora a aprovação tenha sido comemorada pela base governista, a oposição protestou contra os “contrabandos” aplicados ao texto: itens que tratam de matérias diversas do conteúdo original da MP.

Representantes do DEM, do PSDB e do PSOL propuseram a retirada de três artigos da medida. Mas, após acordo firmado com o líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), só conseguiram a rejeição de um — o que alterava o Código Brasileiro de Telecomunicações para mudar a punição a quem opera as chamadas rádios piratas.

Os outros dois dispositivos que a oposição tentou retirar foram o que cria 24 cargos em comissão para o Ministério do Esporte e 3 para o Ministério da Integração Nacional; e o que desonera parte das receitas por serviços prestados por escritórios de advocacia.

A MP, relatada por Sérgio Souza (PMDB-PR), havia recebido modificações na comissão mista do Congresso destinada a avaliá-la. Foram acolhidas, por exemplo, emendas que permitiram a prorrogação da alíquota zero das contribuições para o PIS-Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre farinha de trigo, trigo e pré-misturas próprias para a fabricação de pão até 31 de dezembro de 2013.

Como foi modificada pelos senadores, a matéria volta para a Câmara dos Deputados.

## Vai à sanção MP da Empresa de Planejamento e Logística

O Plenário aprovou o projeto de lei de conversão que transforma a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (Etav) na Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

Decorrente da MP 576/12, o texto do PLV 23/12 prevê novas atribuições para a empresa, como reorganizar a logística de rodovias, ferrovias, portos e hidrovias.

A EPL também deve coordenar, fiscalizar, administrar e até executar as obras de infraestrutura e superestrutura dos trens de alta velocidade e poderá explorar o serviço desses trens. A oposição, no entanto, tem criticado a ideia de a União bancar obras com uma relação custo-benefício considerada desvantajosa. O leilão do trecho que ligará as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas (SP) já foi adiado três vezes por falta de interessados na licitação.

De acordo com Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o projeto dos trens-bala é “megalomaniaco” e não atende aos interesses do país, que precisa realmente de investimentos na modernização dos sistemas de transportes que atendem aos trabalhadores, como os metrô e trens urbanos.

— O projeto está desperdiçando recursos e energias que poderiam ser muito

mais bem aproveitados se fossem dirigidos para a modernização e ampliação do sistema de transporte das regiões metropolitanas do Brasil. O metrô de São Paulo, que já existe há 40 anos, não recebeu deste governo nenhum tostão como investimento — ressaltou.

Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou que existe representação no Supremo pedindo que o presidente da EPL, Bernardo Figueiredo, seja impedido de continuar no cargo.

— Segundo a representação, a nomeação de Bernardo Figueiredo é flagrantemente atentatória ao princípio da moralidade administrativa e violadora da independência e harmonia entre os Poderes — disse.

O senador criticou o não acolhimento de emenda proposta pelo PSDB prevendo uma sabatina do nomeado para dirigir a EPL.

— A politização da escolha dos dirigentes da empresa e o loteamento de cargos é o caminho mais curto para a ineficiência e abre portas para a corrupção — disse.

De acordo com o projeto, a EPL será organizada sob forma de sociedade anônima de capital fechado e terá sede em Brasília. O PLV 23/12 segue agora para sanção presidencial.



Plenário aprova medida, apesar dos protestos de senadores da oposição

## Wellington pede sanção do projeto dos royalties do petróleo

Wellington Dias (PT-PI) disse esperar que a presidente da República, Dilma Rousseff, sancione integralmente o projeto (PLS 448/11), de autoria dele, que redistribui os royalties provenientes da exploração de petróleo. Segundo o senador, o texto corrige uma “injustiça distributiva”.

— É justo que uma riqueza que gera para o país cerca de R\$ 30 bilhões seja concentrada, 80% dela, para um estado, se é uma riqueza produzida em mar e pertence à União?

O senador afirmou que, conforme interpretou o texto constitucional, o conceito de estado produtor só se aplicaria às unidades federativas que extraem petróleo e gás em terra.



Wellington Dias

## Pinheiro diz buscar equilíbrio para aprovar mudança no FPE

Walter Pinheiro (PT-BA) disse, na terça-feira, que está em busca de um ponto de equilíbrio entre os interesses e as necessidades das 27 unidades federativas para que as mudanças na partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE) sejam aprovadas até dezembro. Ele é relator, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do PLS 289/11 — Complementar, uma das propostas de nova divisão do FPE.

O senador explicou que o relatório mantém os repasses atuais e prevê transição gradativa das regras até 2018. Ele pediu apoio dos demais senadores à proposta e disse estar aberto a debates sobre a matéria.



Walter Pinheiro

## Casildo Maldaner defende revisão do pacto federativo

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu, em pronunciamento ontem, a revisão do pacto federativo, de modo a garantir uma partilha da arrecadação mais equilibrada entre municípios, estados e União.

Segundo o senador, municípios e estados estão exauridos, sem margem para investimentos. A culpa, disse, não seria da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas da concentração de recursos no governo federal.

Somado a isso, lembrou Casildo, há a dívida dos estados com a União, que consome grande parte do dinheiro do Orçamento, e as desonerações para estimular a economia, que causam impactos e diminuem os repasses aos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (FPE e FPM).



Casildo Maldaner



Tribunal apontou irregularidades na construção da Refinaria Abreu e Lima, como sobrepreço na compra de insumos e serviços; estatal diz que não existem problemas

# TCU e Petrobras divergem sobre preços de obra

O TRIBUNAL DE Contas da União (TCU) apontou em 2012 indícios de irregularidades na construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco — como o sobrepreço na compra de insumos e serviços por parte da Petrobras, estatal responsável pelo empreendimento. Da mesma forma, a Petrobras continua a divergir do TCU, reiterando que os procedimentos estão corretos. Foi o que aconteceu ontem em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O presidente da CMO, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), disse que é contra a paralisação das obras da refinaria.

Essa foi a segunda audiência da CMO nesta semana. A primeira, na terça, colocou frente a frente representantes do TCU e dos órgãos públicos com obras questionadas. O objetivo foi que negociassem procedimentos para que a situação dos empreendimentos seja regularizada e, assim, não haja bloqueio dos recursos do Orçamento que financiam tais obras. A decisão final é do Congresso — que nos últimos anos decidiu manter a liberação das

verbas para a refinaria.

Na maioria dos casos, os representantes dos órgãos informaram que já estavam tomando providências para atender às observações do TCU. No caso da Petrobras, os representantes insistiram que as ações da estatal não contêm irregularidades. O gerente-geral de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria Abreu e Lima, Glauco Legatti, por exemplo, declarou que “não existe sobrepreço”.

## Sobrepreço

O TCU apontou um total de sobrepreço de R\$ 1,3 bilhão em contratos da refinaria. Legatti alegou que a discrepância entre os números do tribunal e os da estatal é provocada pelo fato de serem “projetos extremamente complexos, que demandaram a discussão de metodologias de estimativas de custos”.

Além da refinaria, os técnicos do TCU também apontaram indícios de irregularidades nos contratos para a instalação de tubovias no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). O sobrepreço estimado seria de R\$ 163 milhões

e teria sido causado pela desclassificação “indevida” de propostas com preços menores. A avaliação foi contestada pelo gerente-geral de Implementação de Empreendimentos para a Comperj, Flávio Fernando Casa Nova, que frisou que “nem sempre a menor proposta é a melhor”. Segundo ele, as propostas de menor preço não tinham condições técnicas:

— As empresas não foram capazes de comprovar que suas propostas eram exequíveis.

Após escutar a Petrobras, o deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) disse que se sentia “chantageado” ao ouvir os apelos de que a paralisação nas obras trará perdas econômicas e sociais. Casa Nova disse que uma paralisação de um mês na refinaria do Rio levaria a perda de receita de R\$ 200 milhões.

— Os empreendimentos são importantes e precisam ser concluídos, mas alguém tem de ser responsabilizado pelas irregularidades — frisou Queiroz, ao questionar o indício de sobrepreço nas tubovias.

Pimenta afirmou que as justificativas da estatal foram consistentes e “dão tranquilidade”.

## Sob suspeita

| OBRA   | LOCALIZAÇÃO                                       |
|--|---|
| ▶ Esgotamento sanitário                                | Pilar (AL)  |
| ▶ Abastecimento de água                                | Augusto Corrêa (PA)                               |
| ▶ Drenagem das bacias dos Córregos Canela e Borá       | São José do Rio Preto (SP)                        |
| ▶ Canal do Sertão                                      | Interior de Alagoas                               |
| ▶ Tubovias do Comperj                                  | Itaboraí (RJ)                                     |
| ▶ Refinaria Abreu e Lima                               | Ipojuca (PE)                                      |
| ▶ Implantação e pavimentação na BR-448                 | Trecho entre Porto Alegre e Sapucaia do Sul (RS)  |
| ▶ Trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte (BR-163) | Santarém (PA), na divisa com Mato Grosso          |
| ▶ Trecho rodoviário na BR-080                          | Trecho entre Uruaçu e São Miguel do Araguaia (GO) |
| ▶ BR-440, entre as BRs-267 e 040                       | Juiz de Fora (MG)                                 |
| ▶ Melhoria de capacidade da BR-116                     | Entre Jaguarão (RS) e a divisa com Santa Catarina |
| ▶ Ponte sobre o Rio Araguaia na BR-153                 | Entre Xambioá (TO) e São Geraldo do Araguaia (PA) |
| ▶ Ferrovia Norte-Sul                                   | Trecho entre Palmas (TO) e Uruaçu (GO)            |
| ▶ Ferrovia de Integração Oeste-Leste                   | Trecho entre Caetité e Barreiras (BA)             |
| ▶ Terminal portuário                                   | Anamá (AM)  |
| ▶ Terminal portuário                                   | Alvarães (AM)                                     |
| ▶ Terminal portuário                                   | Anori (AM)  |
| ▶ Terminal fluvial                                     | Barcelos (AM)                                     |
| ▶ Conclusão do Complexo Viário Baquirivu               | Guarulhos (SP)                                    |
| ▶ Drenagem do Tabuleiro dos Martins                    | Maceió (AL)                                       |
| ▶ Barragem do Rio Arraias                              | Arraias (TO)                                      |
| ▶ Controle de enchentes no Rio Poti                    | Teresina (PI)                                     |

## Exército deverá ter R\$ 200 mi para comprar blindados

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) pretende garantir R\$ 200 milhões no Orçamento da União de 2013 para a aquisição de blindados Guarani pelo Exército.

A quantia está prevista em uma das três emendas a serem apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária Anual, conforme decisão tomada ontem pela comissão.

Os integrantes da CCT apresentaram 58 propostas de emenda ao Orçamento, envolvendo ações de seis ministérios. Coube ao relator das emendas, Valdir Raupp (PMDB-RO), indicar as prioridades para o próximo ano. As prioridades constam do parecer, aprovado pela comissão.

Além dos recursos para a aquisição de blindados, a comissão sugere que se estabeleçam no Orçamento R\$ 100 milhões para projetos de inclusão digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e R\$ 150 milhões para o programa de formação de recursos humanos do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## Comissão aprova verba para saúde no Orçamento

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou quatro emendas ao projeto de Lei Orçamentária para 2013 que destinam R\$ 1 milhão às áreas de saúde e tratamento de resíduos sólidos. Ao todo, foram apresentadas 121 emendas.

Uma das emendas destina R\$ 250 mil à Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação. Os recursos serão investidos em programa de assistência médica qualificada e gratuita e no desenvolvimento de atividades de educação e pesquisa em saúde.

A implantação e a melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos para prevenção e controle de doenças em municípios com até

50 mil habitantes receberam R\$ 250 mil. Tais recursos não serão aplicados em municípios de regiões metropolitanas e integrantes da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride).

### Postos de saúde

Emendas dos senadores da CAS destinaram ainda R\$ 250 mil à estruturação de unidades de atenção especializada em saúde e R\$ 250 mil à estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde.

Apresentaram essas emendas Romero Jucá (PMDB-RR), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ana Amélia (PP-RS), Ângela Portela (PT-RR), Lídice da Mata (PSB-BA),

Ana Rita (PT-ES), Waldemir Moka (PMDB-MS), Jayme Campos (DEM-MT), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Humberto Costa (PT-PE), João Alberto Souza (PMDB-MA), João Costa (PPL-TO), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Cyro Miranda (PSDB-GO).

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que depois de aprovado o Orçamento, muitas vezes os recursos não são liberados pelo governo ou, quando são liberados, acabam sendo “surrupitados”.

Na avaliação do senador, o desvio de recursos públicos destinados à saúde deve ser tipificado como crime hediondo.

## R\$ 500 mi para treinamento de atletas

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem emendas ao projeto de Orçamento da União 2013.

Conforme o relatório de Paulo Paim (PT-RS), a CE recomendará quatro emendas, das 110 apresentadas. Duas delas são destinadas ao Ministério da Educação. A primeira reserva R\$ 500 milhões para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a fim de atender a projetos na área de educação básica. A segunda destina mais R\$ 500 milhões à pasta para a expansão e a estruturação das instituições federais de educação profissional e tecnológica.

A terceira emenda destina R\$ 500 milhões ao Ministério do Esporte, a serem usados na preparação de atletas e na capacitação de recursos humanos para o esporte de alto rendimento. Outros R\$ 500 milhões vão para a Fundação Biblioteca Nacional. As emendas serão enviadas ao relator, Romero Jucá.

## Programas de defesa nacional receberão verbas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem emendas ao Orçamento de 2013.

O relator da matéria, Francisco Dornelles (PP-RJ), foi favorável à aprovação de 16 propostas das 54 em análise na comissão.

Entre as aprovadas, está a que se refere à adequação e à construção de organizações militares do Exército, no valor de R\$ 68 milhões, de autoria

de Gim Argello (PTB-DF).

Também foram aprovadas emendas para a implantação do Sistema de Monitoramento de Fronteiras do Exército (Sisfron) e do Sistema de Defesa Estratégico (Astros).

De acordo com o relator, o Sisfron irá fortalecer a presença e a capacidade de atuação do Estado na faixa de fronteira, abrangendo não só as questões de defesa, mas também de segurança, meio

ambiente, defesa civil e integração internacional. Serão destinados R\$ 676 milhões ao projeto.

Para o Astros, serão destinados R\$ 173 milhões, visando modernizar o 6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes com tecnologia e mão de obra nacionais. Segundo Dornelles, o investimento permitirá desenvolvimento tecnológico e aumentará a capacidade de defesa.



# Comissão aprova R\$ 1,95 bi para estados e municípios

Transferências visam compensar perdas geradas pela isenção de ICMS sobre exportações de produtos industrializados. Segundo relator, governo não descontou eventuais dívidas vencidas e não pagas

MEDIDA PROVISÓRIA QUE prevê auxílio da União para estados e municípios no valor de R\$ 1,95 bilhão (MP 585/12) foi aprovada ontem em comissão mista. Em reunião presidida pelo senador Eduardo Amorim (PSC-SE), parlamentares concordaram com relatório do deputado Vicente Cândido (PT-SP) e rejeitaram todas as 19 emendas. Agora a proposta será votada na Câmara e no Senado.

Pela MP, estados receberão R\$ 1,46 bilhão (75% dos recursos). Os municípios ficarão com o restante, ou seja, R\$ 487 milhões. Cada estado receberá sua parcela de acordo com coeficiente fixado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). A repartição dos recursos para os municípios é proporcional à participação no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O relator disse ter informação do Ministério da Fazenda de que esses recursos já foram transferidos em parcela única para cada ente federativo. Vicente Cândido acrescentou que o governo não exerceu a prerrogativa prevista na MP de descontar do valor da transferência eventuais dívidas vencidas e não pagas por estados e municípios.

Desde a aprovação da Lei Kandir (Lei Complementar 87/96, com redação dada pela LC 115/02), as exportações de produtos industrializados não pagam ICMS. Para compensar as perdas sofridas por estados e municípios devido a essa isenção, a cada ano o governo federal edita uma medida provisória com a finalidade de dar amparo legal às transferências de recursos, como aconteceu este ano com a MP 585/12.



Renan Calheiros, Paulo Paim e João Durval analisam o projeto na comissão

## Direito de explorar serviço de táxi poderá passar de pai para filho

O direito de exercer a atividade de taxista passará aos seus herdeiros, segundo texto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto será examinado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e, em votação final, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Substitutivo da Câmara a projeto (PLS 253/09) do ex-senador Expedito Júnior (PR-RO) permite que filhos deem continuidade à atividade dos pais. A sucessão, explicou o relator da proposta na CAS, Renan Calheiros (PMDB-AL), se refere a direitos e obrigações.

O texto determina que, após a transferência, o veículo só poderá ser conduzido por pessoa habilitada. A transferência deve ser feita com a concordância do poder público que exerce a fiscalização.

O substitutivo também atualiza a lei que trata das contribuições previdenciárias de auxiliares de motoristas autônomos (Lei 6.094/74), para prever que auxiliares de condutores individuais de veículos rodoviários contribuirão para o Regime Geral de Previdência Social igual aos contribuintes autônomos. Determina ainda que o contrato entre autônomo e auxiliares é de natureza civil, sem vínculo empregatício.

Com a autorização como única forma de outorga da exploração do serviço de táxi, disse Renan, haverá simplificação, racionalização e controle da atividade.

— Isso deverá favorecer a entrada de mais profissionais no mercado, e o aumento da concorrência deverá beneficiar o consumidor — argumentou Renan.

## Projeto garante a autoescolas isenção de IPI na compra de veículos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em votação final, projeto de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que dá a autoescolas isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos. O PLS 334/12 altera a Lei 8.989/95 para estender o benefício já concedido a taxistas e pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda e com autismo.

Vanessa ressaltou que os

acidentes de trânsito são a terceira causa de mortes no Brasil. Para ela, as escolas de condutores de veículos prestam um importante serviço à sociedade e, por isso, é justo que recebam incentivos para aquisição de veículos.

Na opinião do relator, Paulo Paim (PT-RS), a proposta vai contribuir para que as autoescolas renovem sua frota, o que resultará em aumento de segurança nas atividades dessas empresas.

## Fusões e desemprego no setor aéreo motivam debate em audiência pública

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) fará audiência pública para discutir fusões entre companhias aéreas e o mercado de trabalho no setor, segundo requerimento de Ana Amélia (PP-RS) aprovado ontem. Ela decidiu pedir a discussão após o encerramento das atividades da Webjet, subsidiária da Gol, que resultou na demissão de todos os funcionários.

Para a senadora, a concentração da execução de serviço de transporte aéreo em

poucas empresas prejudica trabalhadores com demissões e consumidores com preços elevados. O presidente da CAS, Jayme Campos (DEM-MT), informou que a aviação civil emprega 50 mil pessoas.

Ana Amélia sugeriu que sejam convidados o ministro da Secretaria de Aviação Civil, Wagner Bittencourt; representantes do Ministério do Trabalho; da Gol Linhas Aéreas; e o presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Gelson Fochesato, entre outros.



José Pimentel e Eduardo Amorim falam sobre o projeto durante a votação

## MP do Fundo do Centro-Oeste causa divergências

Dois pontos da Medida Provisória 581/12, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), provocaram divergências ontem em audiência da comissão mista que examina a MP. O primeiro foi o esvaziamento do conselho deliberativo; outro foi o pedido do Governo do Distrito Federal para que o Banco de Brasília (BRB) também seja responsável pela gestão do fundo, ao lado da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

Pela MP, as decisões do conselho passarão a seguir a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Antes, consideravam-se os planos regionais de desenvolvimento. Para representantes dos estados, isso serve apenas para “empoderar” o ministro da Integração Nacional.

— A MP tirou o diálogo, a possibilidade de argumentação e de aprimoramento das políticas do fundo — lamentou a superintendente técnica da

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rosemeire Cristina dos Santos.

A queixa foi reforçada por Lúcia Vânia (PSDB-GO), vice-presidente da comissão mista. Para ela, ao esvaziar os conselhos, a MP cria situação delicada até para o Congresso, responsável por criar o fundo. O coordenador dos Fundos de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração, Jenner Guimarães do Rêgo, explicou que a intenção da proposta é dar flexibilidade nas ações, já que o ministério precisava esperar que o conselho se reunisse para deliberar.

O diretor-presidente do BRB, Jacques Pena, disse que ser um agente financeiro do FDCO fortalecerá a missão de promover o desenvolvimento do Centro-Oeste. Para o vice-governador do Distrito Federal, Tadeu Filippelli, a participação do BRB na operação do FDCO é coerente com o conceito da criação dos fundos de desenvolvimento.

## Solução para problemas de infraestrutura

Os participantes da audiência concordaram que o FDCO se tornará um instrumento importante para desenvolvimento de logística e infraestrutura. O FDCO difere do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), já em funcionamento, por se destinar justamente a grandes empreendimentos desses dois setores.

Para o diretor-superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), Marcelo Dourado, o FDCO vai ajudar a solucionar a ausência de logística de carga na região.

Waldemir Moka (PMDB-MS) acrescentou que parte da responsabilidade pelo crescimento acima da média do Centro-Oeste cabe às agroindústrias. Ele destacou que os gargalos são a falta de logística e de infraestrutura.

— Eu sei que outros fundos constitucionais, como o Fundo do Nordeste, trabalham muito com microcrédito. É claro que nós também temos esta demanda, mas o Centro-Oeste precisa de investimentos maiores — afirmou o senador, defendendo a importância do FDCO e também a autonomia do conselho deliberativo.



Lúcia Vânia e Waldemir Moka analisam a proposta de regulamentação do fundo



Pedido de esclarecimento feito por Simon leva CCJ a reavaliar indicação que havia sido aprovada em agosto, enquanto Pinheiro solicita urgência para votação no Plenário

## Recondução de Luiz Moreira ao CNMP em debate

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) voltou a debater a recondução de Luiz Moreira Gomes Júnior para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A indicação foi aprovada pela CCJ em agosto, mas requerimento de Pedro Simon (PMDB-RS), solicitando o esclarecimento de acusações contra o ex-conselheiro, levou a questão de volta à comissão.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apresentou parecer favorável ao requerimento, mas a votação foi adiada por pedido de vista.

Pedro Simon sustenta que a recondução não deve ser votada no Plenário enquanto não se apurar se são procedentes as denúncias contra a atuação de Luiz Moreira no conselho.

O requerimento cita as seguintes denúncias contra o indicado: apresentação de pedido irregular de registro junto à OAB do Ceará, utilização excessiva de diárias em viagens oficiais e tentativa de manipulação de procedimentos para prejudicar um conselheiro.

“Entendemos que as dúvidas que pairam sobre o assunto tornam temerário que o Plenário do Senado decida sem



Eunício Oliveira (D) preside reunião da CCJ, ao lado de Romero Jucá: opinião dos senadores ficou dividida

o conveniente esclarecimento dos fatos que põem em questionamento a reputação de um futuro membro do CNMP”, ressaltou Mozarildo Cavalcanti em seu parecer.

O relator observou ainda que, logo após a aprovação da indicação de Luiz Moreira para o conselho, a CCJ acolheu requerimento de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) solicitando a convocação dos procuradores da República Helio Telho Corrêa Filho e Matheus Baraldi Magnani para prestar depoimento à comissão. Ambos

teriam sido apontados por Luiz Moreira, durante a sabatina na CCJ, como participantes de um esquema para impedir a recondução dele ao CNMP. Os dois procuradores ainda não foram ouvidos sobre as denúncias.

### Urgência

Em meio ao impasse, o líder do PT, Walter Pinheiro (BA), apresentou requerimento de urgência para a votação em Plenário da recondução. Segundo o presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE),

se a urgência for aprovada, inviabilizará o prosseguimento da matéria na comissão.

Também na CCJ, Humberto Costa (PT-PE) afirmou que há uma tentativa de procrastinar a aprovação da recondução de Luiz Moreira.

— Tudo indica que o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, esteja por trás disso. Até o momento, não há comprovação de que Luiz Moreira Júnior não seja adequado para o cargo — disse.

Relator da indicação, Jorge Viana (PT-AC) disse acreditar

que os depoimentos dos supostos acusadores podem ser colhidos e as denúncias, esclarecidas a qualquer tempo na CCJ, sem inviabilizar a votação da matéria pelo Plenário.

Aécio Neves (PSDB-MG) negou que os pedidos de esclarecimento tenham o objetivo de alongar o processo.

— Não há tentativa de procrastinação, mas de se colocar em prática a decisão da CCJ de ouvir os denunciadores. Deveria haver primeiro a oitiva e depois o Plenário se manifestar, sem urgência — considerou.

## Comissão aprova 98 cargos comissionados na Presidência

A oposição classificou de “imprópria, inoportuna e inadequada”, mas não conseguiu impedir a aprovação de projeto que cria 98 cargos comissionados em órgãos da Presidência da República (PLC 56/11).

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acolheu o parecer favorável do relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), para quem a criação desses cargos “trará maior eficiência às ações governamentais”. O projeto agora vai para o Plenário.

— Os cargos contribuirão para o aprimoramento dos mecanismos de articulação entre o governo e a sociedade, facilitando o cumprimento dos compromissos assumidos relativos às políticas públicas de desenvolvimento econômico e social — afirmou Braga.

José Pimentel (PT-CE) e Roberto Requião (PMDB-PR) concordaram com o relator. Pimentel mencionou que 75% dos cargos de confiança são ocupados por servidores concursados. Para ele, viabilizarão projetos como Ciência sem Fronteiras; Crack, é Possível Vencer; e Alfabetização na Idade Certa. Requião comparou o número “irrisório” de cargos propostos com o tamanho da máquina pública.



Alvaro Dias, José Agripino e Eduardo Braga debatem em reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

### Oposição vê manobra para aparelhar Estado

A polêmica em torno da proposta de 98 cargos comissionados na Presidência surgiu com o voto em separado de Aécio Neves (PSDB-MG) defendendo a rejeição.

Em vez da criação de cargos de livre provimento, na avaliação de Aécio, o governo deveria “aumentar a eficiência da administração, instituindo políticas de gestão que aumentassem a produtividade e diminuíssem os gastos”.

— Entretanto, o governo tem criado milhares de cargos

em comissão de livre provimento que não guardam compromisso com os critérios de qualidade e eficiência de seus ocupantes, mais servindo como instrumento de aparelhamento político — criticou.

Pedro Taques (PDT-MT) foi o primeiro a apoiar Aécio. Ele sugeriu o remanejamento de cargos já existentes para a Presidência da República.

Para Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Braga usou de boa-fé ao analisar a matéria.

Afirmou não ser contra a criação de cargos de confiança:

— O problema é o critério de escolha de seus ocupantes.

José Agripino (DEM-RN) disse que o governo federal não está dando demonstração de “bom critério e controle” no preenchimento desses cargos.

Alvaro Dias (PSDB-PR) acredita que a criação de funções comissionadas tem propiciado “o aparelhamento do Estado por meio de indicação política”.

### Novo convite pede esclarecimentos a Cardozo e Adams

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) também aprovou requerimentos dos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Eduardo Braga (PMDB-AM), Pedro Simon (PMDB-RS), Pedro Taques (PDT-MT) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) convidando os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Advocacia-Geral da União, Luís Inácio Adams, a prestarem esclarecimentos sobre a Operação Porto Seguro, que investiga fraudes e vendas de pareceres técnicos no governo federal. Os dois serão ouvidos em audiência conjunta da CCJ e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), comunicou a retirada de pauta de projeto de lei que altera o Código de Trânsito Brasileiro para tornar crime conduzir veículo sob influência de qualquer concentração de álcool ou droga (PLC 27/12). O adiamento foi pedido pelo relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES). A matéria deve voltar à pauta na quarta-feira.





Vital do Rêgo, presidente da CPI do Cachoeira, fala em reunião da comissão ao lado do relator, Odair Cunha

## Deputado retira Gurgel do relatório final da CPI

Relator, Odair Cunha apresentou ontem texto que será votado na próxima semana; pedido de indiciamento de Policarpo Júnior e outros jornalistas também foi excluído do documento

PRESSIONADO PELA OPOSIÇÃO e até mesmo por parlamentares governistas, o relator da CPI do Cachoeira, deputado Odair Cunha (PT-MG), fez mudanças no relatório final. A nova versão foi apresentada ontem. Nela, não se pede a investigação da conduta do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, nem o indiciamento de cinco jornalistas — entre eles, Policarpo Júnior, da revista *Veja*.

O relator afirmou que esses pedidos de investigação não eram questões centrais e que, portanto, poderiam ser

excluídos do texto:

— São questões importantes, mas o ponto central de nosso relatório é o núcleo da organização criminosa comandada por Cachoeira.

### Empreiteira Delta

Outros pontos do relatório não foram alterados. Odair Cunha manteve, por exemplo, o pedido de indiciamento de Fernando Cavendish, dono da construtora Delta, e de Cláudio Abreu, ex-diretor da empreiteira no Centro-Oeste, e a responsabilização do governador de Goiás, Marconi

Perillo (PSDB), do ex-senador Demóstenes Torres e do deputado federal Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO).

Com a apresentação de um pedido de vista coletivo, abriu-se prazo de cinco dias úteis para que os parlamentares da comissão de inquérito apresentem votos em separado ou sugestões ao relator.

A votação do relatório final da CPI mista foi marcada para 5 de dezembro.

A reunião administrativa de ontem da comissão foi mais uma vez marcada por discussão entre os parlamentares, que não se entenderam quanto ao procedimento regimental a ser adotado para a leitura.

A reunião chegou a ser suspensa para que os parlamentares recebessem cópias das 89 páginas do sumário preparado pelo relator.

Houve também quem reclamasse que a leitura não poderia ser feita, uma vez que o relator suprimiu duas partes do texto — o que implicaria a necessidade de mais prazo para que os integrantes da comissão fizessem um novo exame da matéria.

### A CPI do Cachoeira em números

|   |
|---|
| <p>Instalada em 25 de abril, a CPI do Cachoeira tem <b>35 integrantes titulares</b> — sendo 17 senadores, 17 deputados e 1 representante de partidos minoritários — e 35 suplentes</p>  |
| <p>Em sete meses de trabalho, a comissão aprovou <b>275 requerimentos</b></p>   |
| <p>Foram agendados <b>40 depoimentos</b>. Entre os convocados, 24 pessoas optaram por não falar, invocando o direito constitucional ao silêncio</p>   |
| <p>Foram aprovadas as quebras de <b>92 sigilos bancários</b>, de <b>91 sigilos fiscais</b> e de <b>88 sigilos telefônicos</b></p>   |
| <p>Dos 92 sigilos bancários quebrados, <b>60</b> referem-se a <b>pessoas jurídicas</b> e <b>32</b>, a <b>pessoas físicas</b></p>  |
| <p>Até 4 de novembro, a comissão recebeu <b>informações bancárias</b> de <b>83</b> pessoas físicas e jurídicas, que totalizaram R\$ 84,3 bi em movimentações financeiras entre 2002 e 2012</p>                                    |
| <p>Os assessores da CPI mista ouviram <b>216 mil minutos de conversas interceptadas pela Operação Monte Carlo</b> e <b>51 mil minutos da Operação Vegas</b>, as quais somadas resultam em 186 dias ininterruptos de gravações</p> |

## Collor critica mudança feita no texto por Odair Cunha

Fernando Collor (PTB-AL) condenou a retirada das acusações contra jornalistas e contra o procurador-geral, Roberto Gurgel, do relatório final da CPI do Cachoeira.

Na primeira versão apresentada, disse Collor, Odair Cunha afirmava “não restarem dúvidas” de que o jornalista Policarpo Júnior contribuiu com a organização criminosa de Carlinhos Cachoeira.

O senador leu trechos excluídos, como o aquele em que o relator afirmava que Policarpo era “um braço midiático” da organização e rechaçava a hipótese de que o bicheiro era

apenas uma fonte do jornalista. O texto dizia que Policarpo era usado em favor dos interesses da quadrilha, reforçou Collor.



Collor anuncia que vai propor a reinserção das acusações no relatório

— Será que essas constatações são secundárias, como justificou o relator para retirá-las do documento, apesar da contundência e clareza de sua própria argumentação no relatório? — questionou.

Já sobre Gurgel, informou Collor, a primeira versão do relatório apontava “desvios de responsabilidade constitucional, legal e funcional” e recomendava que o Conselho Nacional do Ministério Público investigasse o procurador.

Collor disse achar inadmissível que essas partes sejam retiradas do relatório, por serem de interesse nacional.

## Comissão acata indicação de Kukina para ministro do STJ

O procurador de Justiça do Paraná Sérgio Luiz Kukina foi sabatinado e aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para integrar o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Todos os 19 votos confirmaram a indicação da presidente Dilma Rousseff para que Kukina substitua o ministro Hamilton Carvalhido, aposentado em 2011.

O próximo passo será a votação em Plenário, que será nominal e secreta.

O procurador se mostrou contrário à redução da maioria penal dizendo que “penalizar os adolescentes porque enveredam pela prática criminosa, porque não tiveram educação adequada e

uma família estruturada seria penalizá-los duplamente”.

Kukina disse que o volume de trabalho “é assombroso” no STJ e defendeu um mecanismo que impeça alguns casos de chegar ao tribunal. Seria semelhante à repercussão geral adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Sobre a prerrogativa de foro para algumas autoridades, ele concluiu ser uma escolha dos constituintes que deve ser respeitada. O STJ é o foro inicial das ações penais contra governadores. Kukina defendeu a manutenção da necessidade de as assembleias legislativas autorizarem o STJ a processá-los. Para ele, isso preserva a correlação de forças entre os Poderes.



O senador Inácio Arruda (D) cumprimenta o procurador Sérgio Luiz Kukina

## Aprovado porte de arma a agente penitenciário fora do expediente

A CCJ aprovou, em decisão terminativa, o projeto de lei que autoriza agentes e guardas prisionais, integrantes das escoltas de presos e equipes de guardas portuários a portar arma de fogo, mesmo fora do expediente (PLC 87/11).

Atualmente, essa permissão alcança categorias como policiais federais, integrantes das Forças Armadas e agentes vinculados à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e à Presidência da República.

Para o relator, Gim Argello (PTB-DF), “esses servidores, pela característica de suas

atividades, vivem em situação de perigo constante e iminente”, e por isso é necessário que possam portar arma a qualquer tempo e em qualquer ponto do território nacional, conforme prevê o projeto aprovado pela comissão.

Se não houver recurso para votação no Plenário, a matéria seguirá direto para sanção presidencial, já que o Senado não modificou o texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Na votação na CCJ, Ana Rita (PT-ES) se absteve e Eduardo Suplicy (PT-SP) votou contra.

## Malta relata situação de dois brasileiros presos no Senegal

A embaixada no Senegal já contratou dois advogados criminalistas para defender os missionários brasileiros presos no país, informou Magno Malta (PR-ES).

O pastor José Dilson da Silva e Zeneide Moreira Novaes são acusados de recolher crianças e maltratá-las. O senador disse que várias denúncias apontam a prisão como

tendo motivação religiosa. O Senegal, explicou Malta, tem governo laico, mas 94% da população é muçulmana.

Na última semana, o senador esteve no Senegal, em missão oficial do Congresso, e visitou os brasileiros na prisão. Para Malta, os dois países sempre tiveram boa relação e o correto seria permitir que os acusados respondessem ao processo em liberdade.



Magno Malta relata situação de dois brasileiros presos no Senegal



# Empresas pedem mais adição de biocombustível no óleo diesel

Representantes do setor defenderam que os atuais 5% subam para 7%; para eles, aumento aquece economia e melhora ar das cidades

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), representantes do setor de produção de biocombustíveis pediram que seja aumentada imediatamente, de 5% para 7%, a proporção de biodiesel presente no óleo diesel comercializado no Brasil.

De acordo com o presidente do Conselho Superior da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio), Juan Diego Ferrés, caso não ocorra uma ação imediata neste sentido, deverá se instalar uma crise no setor, que tem capacidade ociosa superior a 60%.

— E uma pena que estejamos sem crescer no biodiesel nos últimos três anos. É uma perda de energia e de investimentos. Aqueles que acreditaram no país, não apenas num governo, deixaram suas expectativas numa

indefinição para ver para que lado o programa deve continuar — disse.

Ferrés afirmou que o setor de biocombustíveis tem um enorme potencial de desenvolvimento, devido à entrada em operação de biorreatores de algas, que podem atingir produtividade de óleo de 100 a 500 vezes maior do que os resultados obtidos nas lavouras tradicionais de soja, por exemplo.

O diretor-superintendente da Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil (Aprobio), Julio Cesar Minelli, defendeu o aumento da adição de biodiesel no óleo diesel.

Conforme explicou, além dos efeitos benéficos para a qualidade do ar nas grandes cidades, um maior consumo de biodiesel também ajuda a fortalecer a economia brasileira.

Citando um estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Minelli chamou a atenção para o fato de a indústria de biodiesel, em relação à do petróleo, gerar 113% mais empregos e 35% a mais de produto interno bruto (PIB).

— O aumento da proporção de biodiesel no diesel para 20%, produzindo o B20, vai, portanto, gerar mais empregos e cerca de R\$ 47 bilhões de PIB anual, além de todos os ganhos ambientais — afirmou.

## Cadeia produtiva

Miguel Nery, gerente de projetos da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), apresentou as principais ações que estão sendo implementadas pelo governo federal visando ao fortalecimento da cadeia produtiva do biodiesel.

Segundo ele, as principais iniciativas têm o objetivo de desonerar os serviços prestados por empresas de transporte coletivo e promover o aumento das exportações de biodiesel por meio da desoneração da cadeia produtiva do setor, mediante a eliminação do acúmulo de créditos tributários na exportação.

Durante a audiência, presidida pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO), os participantes apresentaram sugestões para o aprimoramento do projeto que trata da Política Nacional para os Biocombustíveis (PLS 219/10).

O relator do projeto na CRA, senador Sérgio Souza (PMDB-PR), comunicou que, depois de receber as contribuições das entidades, pretende concluir o relatório final, que poderá ser votado até o final do ano na comissão.

## Comissão transforma em projeto sugestão de jovem senador

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aceitou a sugestão legislativa apresentada pelo jovem senador Wagner Ramon Ferreira, proibindo a utilização de sacolas plásticas pelos estabelecimentos comerciais.

Wagner Ferreira é um dos 27 estudantes de escolas públicas selecionados, mediante concurso de redação, para a 5ª edição do Programa Senado Jovem Brasileiro.

A sugestão, que prevê um prazo de cinco anos para substituição das sacolas plásticas por outras reutilizáveis, recebeu voto favorável do senador João Durval (PDT-BA). Agora, ela será transformada em projeto de lei da CDH.

## Cassol questiona cancelamento de registro de agrotóxico

Ivo Cassol (PP-RO) informou ontem ter apresentado à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) requerimentos de informação ao diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Barbano. Segundo o senador, a agência tem cancelado o registro de agrotóxicos sem o devido processo legal.

— As empresas não tiveram sequer a oportunidade de ampla defesa e muito menos de contraditório. Da maneira como a Anvisa está trabalhando, está beneficiando alguma empresa multinacional ou uma única empresa nacional — disse.

## Sérgio Souza espera acordo climático na COP-18, em Doha

Sérgio Souza (PMDB-PR) manifestou a expectativa de que a 18ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-18), iniciada segunda-feira em Doha, Catar, chegue a um acordo mundial para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Para o senador, um importante resultado seria um novo acordo climático, incluindo Estados Unidos e China.

Souza apontou ainda como objetivo a ser alcançado a ampliação dos mecanismos de financiamento das ações de combate, mitigação e adaptação das mudanças climáticas nos países mais pobres.



No debate, Valdir Raupp, José Alberto Machado, Adriana Diaféria, Mercedes da Cunha, Sérgio Souza, Roberto Cavalcanti, Diana Jungmann e Júlio Castelo Branco

## Para especialistas, estatal de biopatentes afugentaria investidores

A criação de uma estatal com direito ao monopólio de patentes originadas da biodiversidade brasileira, prevista no PLS 440/11, poderá afastar investimentos privados em pesquisas no setor.

A advertência foi feita pelo diretor de Patentes do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), Júlio César Castelo Branco Reis Moreira, em audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCT).

Do senador Sérgio Souza (PMDB-PR), o projeto autoriza o governo a criar a Empresa para a Gestão do Licenciamento de Pesquisa no Bioma Brasileiro (Emgebio). A empresa

administraria o licenciamento de pesquisas nos biomas brasileiros e o monopólio, por dez anos, das patentes originadas dessas pesquisas.

O representante do Inpi recordou que o Brasil tem um “imenso potencial” natural a explorar, mas precisa regular o setor “de forma adequada”.

— Que segurança jurídica haveria para investimentos nessas áreas se deixarmos o monopólio com uma empresa estatal a ser criada? E por que alguém investiria se não há retorno? — questionou Moreira.

Eduardo Braga (PMDB-AM), presidente da comissão, disse que o Brasil dispõe de um quinto do patrimônio genético

mundial e que, por isso, devem ser estabelecidas condições para a “exploração sustentável”.

O acesso aos recursos genéticos é regulamentado pela Medida Provisória 2.186-16/01, em vigor há dez anos, como recordou a diretora-executiva do Grupo FarmaBrasil, Adriana Diaféria. Na opinião dela, o principal ponto de debate hoje deveria ser a renovação da legislação de acesso à biodiversidade.

A representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Diana Jungmann, ressaltou que o projeto não garante segurança jurídica aos investidores, por não assegurar-lhes direito de propriedade

intelectual e patente.

O autor da proposta disse que está aberto a fazer mudanças no texto, que, depois da CCT, será examinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

— A comunidade internacional tem interesse na Amazônia. Como proteger a região? Como agregar valor? Precisamos garantir a segurança desse patrimônio para o povo brasileiro — afirmou Souza.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), defendeu a aprovação de novo marco legal para o setor e a adoção de estratégia que estimule o desenvolvimento privado de pesquisas.



Grupo de senadores e deputados aceitou medida provisória, que tramitará nas duas Casas; proposta trata, entre outros temas, do bloqueio dos bens dos diretores das concessionárias em caso de irregularidades

## Comissão aprova MP sobre intervenção no setor elétrico

EM VOTAÇÃO SIMBÓLICA, a comissão mista que analisa a Medida Provisória 577/12 — que regulamenta a intervenção em empresas de energia elétrica — aprovou o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Na discussão da matéria, Jucá esclareceu que o bloqueio de bens dos administradores das concessionárias de energia tem base constitucional e que a redação da norma se preocupou em evitar injustiças.

— Teria que haver uma análise e uma porta de saída para que esse bloqueio de bens não ficasse indefinidamente em cima de alguém que não tem culpa ou não procedeu de forma irregular — disse.

O deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), revisor do relatório, considerou que o texto de Jucá não incluía os requisitos para a decretação de indisponibilidade dos bens dos dirigentes nem as condições objetivas para a intervenção na empresa.

Em resposta, Jucá argumentou que o texto deriva de entendimentos com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Advocacia-Geral da União (AGU) e é compatível com a Constituição quanto à proibição de confisco de bens por MP. O senador destacou ajustes no texto que evitariam penalidades injustas.

Pelas emendas na medida provisória, em seguida à



Pimentel (C) conversa com Romero Jucá (E) na comissão mista que analisou MP

apuração da responsabilidade dos dirigentes pela Aneel, o bloqueio de bens só será mantido se houver dolo, e o conceito de responsabilidade solidária e sem limitação para os dirigentes passou por uma adequação à lei vigente.

Jucá admitiu não haver uma lista de quesitos que determinem a intervenção na empresa, mas disse que serão seguidos os critérios legais e as avaliações de fiscalização e acompanhamento da Aneel.

### Intervenção

A MP, publicada em agosto, determina que a Aneel pode intervir no serviço de concessão de energia elétrica pelo prazo de um ano, prorrogável a critério da agência, por meio de um interventor remunerado com

recursos da concessionária.

Segundo justificativa do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, a medida provisória garante a continuidade da prestação do serviço de energia elétrica.

Com base na MP, em agosto a Aneel determinou intervenção em oito concessionárias do grupo Rede Energia que operam em Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo. O endividamento das concessionárias, colocando em risco a prestação adequada do serviço, foi o que motivou a decisão da agência.

Paralelamente à MP 577/12, tramita no Congresso Nacional a MP 579/12, que reduz as tarifas de energia elétrica e permite a renovação antecipada de concessões.

## Consumidor pode deixar de pagar por medidor de luz

O custo de fornecimento e instalação de medidores de água e energia deve ser assumido pelas concessionárias responsáveis pelo serviço, não podendo ser transferido ao usuário.

A determinação consta de projeto (PLC 42/10) que foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto vai para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor

e Fiscalização e Controle (CMA).

O projeto modifica a Lei das Concessões (Lei 8.987/95) para explicitar que “os equipamentos de medição associados à tarifação do serviço serão fornecidos e instalados pela concessionária, a suas expensas”.

Com o texto, o autor, deputado federal Betinho Rosado (DEM-RN), assegura ao destinatário final de serviços

públicos direitos resguardados pelo Código de Defesa do Consumidor. A intenção é evitar conflito com interpretação do Supremo Tribunal Federal quanto à figura de usuário de serviços públicos, prevista na Constituição.

Conforme o relator ad hoc, Humberto Costa (PT-PE), o projeto busca ainda tornar inválidas normas infralegais que impõem aos usuários o custeio da instalação dos medidores, como é o caso da Resolução 207/06, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

## Ministros explicarão atraso nas obras do São Francisco

A comissão especial externa criada pelo Senado para acompanhar o andamento da transposição do Rio São Francisco realizará uma audiência pública em 11 de dezembro para examinar os motivos do atraso nas obras e soluções que acelerem o cronograma.

Serão convidados os ministros da Integração Nacional, Fernando Bezerra, do Planejamento, Miriam Belchior, e da Defesa, Celso Amorim.

— O cronograma da obra é a maior preocupação da população do Nordeste e de todo o país — afirmou o senador Humberto Costa (PT-PE), relator da comissão.

A audiência é uma das atividades sugeridas no plano de trabalho apresentado pelo relator e aprovado pela comissão na reunião.

Outro debate deve ser realizado no dia 12, para que sejam ouvidos representantes do Tribunal de

Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU).

Em data posterior, a comissão chamará as empresas escolhidas para executar as obras, inclusive as que abandonaram seus lotes alegando problemas de custo.

A comissão é presidida pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

O projeto da transposição foi iniciado em 2007, constando da lista de prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O objetivo é levar água do São Francisco ao semiárido nordestino.

Pela previsão inicial, até o fim de 2012 as obras estariam concluídas. No entanto, até agora os serviços só avançaram 43% do previsto, conforme dado mais recente do Ministério da Integração citado por Humberto Costa. Dos nove lotes, quatro estão paralisados.



Humberto Costa e Vital do Rêgo na comissão que trata da transposição

## Para Humberto, será preciso regular uso das águas do rio

Outro foco do trabalho da comissão externa será a análise da gestão e regulação do uso das águas do Rio São Francisco que serão disponibilizadas no futuro. Para isso, a comissão fará novas audiências.

Humberto Costa sugeriu a participação do Ministério do Meio Ambiente e da Agência Nacional de Águas (ANA) e de especialistas nos debates. A relação deve incluir os governos estaduais envolvidos, por sugestão de Cícero Lucena (PSDB-PB), vice-presidente da comissão.

O senador defendeu a necessidade de regulação para o uso das águas, um bem econômico cuja utilização gera

benefícios a serem “apropriados” pelos usuários da bacia receptora, ou seja, agentes privados, observou.

Humberto disse que é preciso avaliar se o sistema de transposição será autossustentável ou se necessitará de subsídio. Outro ponto, segundo ele, é saber quem vai ficar encarregado da gestão. Entre as opções, considerou a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) ou empresa a ser criada.

— O próprio governo não tem um desenho firmado. A comissão poderá contribuir na construção do desenho.

## Seca no Nordeste é a pior das últimas décadas, diz Cícero

Cícero Lucena (PSDB-PB) afirmou que a seca que atinge a Região Nordeste é uma das piores dos últimos 40 anos. Ele clamou por ações rápidas e eficientes do poder público nos mais de 1.200 municípios

que já declararam estado de emergência.

O senador disse que a seca, principalmente no semiárido, acontece com frequência desde o século 16, com medidas governamentais sendo

adotadas desde a época do Império. Para Cícero, “não há mais espaço para soluções paliativas”. Ele pediu ao governo federal a adoção de medidas concretas e definitivas para que os nordestinos consigam

sobreviver à estiagem.

— A sede não espera. Onde estão os organismos internacionais que tanto se preocupam com outras questões? Onde estão os direitos humanos? — questionou.



Cícero Lucena afirma que governo precisa adotar medidas definitivas



# Atletas apoiam limite à reeleição em entidades

Romário, Raí, Hortência e Ana Moser, além de senadores e outros profissionais, apoiam projeto que veta reeleição indeterminada em federações e confederações do esporte

O FIM DA reeleição ilimitada para dirigentes esportivos foi apoiado por senadores, atletas e outros profissionais que ontem participaram de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Alegando a necessidade de transparência no uso de recursos públicos e a modernização da gestão, eles defenderam dois projetos de lei que pretendem acabar com a perpetuação de diretores em federações e confederações: o PLS 253/12, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), e o PLS 328/10, do ex-senador Alfredo Cotait.

Os principais prejuízos da perpetuação de dirigentes esportivos no comando de entidades esportivas são, na opinião do jornalista esportivo José Cruz, o uso obscuro do dinheiro público e a falta de um retorno à sociedade.

— A Seleção Brasileira de Futebol, por exemplo, desfila com as cores nacionais e entoia o Hino Nacional. É a representação da cultura esportiva brasileira por excelência. No entanto, seus dirigentes faturam a publicidade em nome próprio. O patrocínio da TAM à Seleção Brasileira era depositada em contas de laranjas do senhor Ricardo Teixeira — criticou Cruz.



Romário, Cristovam Buarque, João Capiberibe e Hortência (de branco) ouvem o ex-jogador Raí (D) defender a aprovação dos projetos em tramitação no Congresso

Cristovam Buarque (PDT-DF) e o deputado federal Romário (PSB-RJ) concordaram que a perpetuação de cartolas no poder representa um vício e um atentado contra a democracia.

— Cria-se uma confusão entre a pessoa e a entidade. Há entidades que a gente não sabe mais, parece que é o quintal de alguns dirigentes. Essa confusão atrapalha o bom funcionamento da sociedade — disse Cristovam.

Romário disse que é urgente a aprovação de mudanças para limitar os mandatos.

— Existem presidentes que já estão no poder há 25 anos, e isso não faz mais parte do esporte. Esse vício já passou da

hora de terminar — afirmou.

A ex-jogadora de vôlei Ana Moser, presidente da organização não governamental Atletas pela Cidadania, e o ex-jogador de futebol Raí, diretor da Fundação Gol de Letra, também manifestaram apoio aos projetos.

— A aprovação da proposta é simbólica. O principal benefício da alternância de poder é a transparência — disse Raí.

## Abusado

O jornalista Cruz acrescentou que a maior parte das entidades esportivas sobrevive com recursos públicos. De acordo com ele, 90% do esporte de alto rendimento é sustentado pelo estado, o que

justifica a aprovação de leis para a limitação de mandatos.

— São verbas das loterias, do Orçamento da União, de leis de incentivo. Então o dirigente é um gestor do bem público, mas se torna um abusado.

Ana Moser disse que o debate sobre alternância deve ser o primeiro passo para um sistema nacional de esporte. A ex-jogadora de basquete Hortência também participou da audiência.

Além de permitir apenas uma reeleição para esses cargos e restringir a quatro anos a duração máxima dos mandatos de cartolas no comando das entidades esportivas, o PLS 253/12 proíbe a nomeação de parentes nas instituições.

Já o PLS 328/10 proíbe o repasse de recursos públicos a clubes, federações, confederações e outras associações esportivas com presidentes e outros diretores há mais de oito anos nos cargos.

O PLS 253/12, que tem como relatora Lídice da Mata (PSB-BA), pode ir a votação final na própria CE, só passando pelo Plenário caso haja recurso, enquanto o PLS 328/10, relatado por Cristovam, seguirá para exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

João Capiberibe (PSB-AP) e Anibal Diniz (PT-AC) defenderam a extensão da limitação dos mandatos para outros cargos, como no Congresso e no Supremo Tribunal Federal.

## Inclusão social por meio do esporte não pode ser esquecida, diz dirigente

Mesmo apoiando a alternância na direção das entidades, o presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro, Andrew Parsons, ressaltou que a modernização da gestão deve ser acompanhada também pela inclusão social.

— Que Brasil esportivo nós queremos ser? Um Brasil de medalhas e uma população sedentária ou um Brasil onde toda a criança, todo o jovem, toda pessoa na terceira idade tem a oportunidade de praticar esporte?.

Cristovam ressaltou que, mais importante do que conquistar medalhas em Jogos Olímpicos é promover a educação por meio do esporte.

— A gente não vê trabalho de levar o esporte às escolas — disse o senador.

## Autor de projeto pede mobilização de atletas pela aprovação das mudanças

Reconhecendo que sua proposta de limitação de mandatos deve encontrar resistência, Cássio pediu a mobilização permanente de atletas, parlamentares e dirigentes favoráveis para viabilizar a aprovação dos projetos no Congresso Nacional. Ele lembrou que seu projeto propõe uma regra de transição para garantir que os atuais dirigentes possam concluir os mandatos.

Cássio falou sobre o projeto e sobre a reunião na CE ao discursar em Plenário, quando as propostas de limitação de mandatos foram elogiadas por Ivo Cassol (PP-RO) e Ana Amélia (PP-RS)

— Essas mudanças são fundamentais para a renovação do futebol no Brasil e nos estados — afirmou Cassol.

## Jornalista lamenta ausência de presidente do Comitê Olímpico Brasileiro

A ausência do presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, foi lamentada pelo jornalista Cruz. Nuzman foi eleito em outubro para o quinto mandato consecutivo. Em ofício à CE, ele alegou compromissos no exterior e o COB se recusou enviar outro representante, argumentando que o assunto deve ser tratado pelo presidente da instituição.

— Não é saudável para o esporte brasileiro o Senado promover um debate dessa importância e não ter um representante do COB. Nuzman é devedor desta comissão. Na última vez que ele esteve aqui, ausentou-se do debate, deixando um grande constrangimento — lembrou Cruz.

## Couto sugere derrubar todos os “Fidéis e Saddams” do esporte brasileiro

Em Plenário, Mário Couto (PSDB-PA) protestou contra a permanência de Antônio Carlos Nunes de Lima há 20 anos na presidência da Federação Paraense de Futebol. Em aparte, Pedro Taques (PDT-MT) contou que o presidente da Federação Mato-Grossense de Futebol está no cargo há 32 anos.

Couto classificou como “ditadura” os mandatos sucessivos e pediu a instalação de uma comissão parlamentar que saia pelo país “derrubando todos aqueles Fidéis Castros e Saddams Husseins do esporte brasileiro”.



Waldemir Bureto/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney

**Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz

**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka

**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena

**Segundo-secretário:** João Ribeiro

**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino

**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



# Medicamentos podem ficar livres de impostos

Proposta aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça mantém apenas o Imposto de Importação, com a justificativa de que é preciso respeitar os acordos internacionais do Brasil

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo de Luiz Henrique (PMDB-SC) à proposta de emenda à Constituição (PEC 115/11) de Paulo Bauer (PSDB-SC) que proíbe cobrança de impostos sobre medicamentos para pessoas. O texto aprovado mantém apenas o Imposto de Importação, “em nome do respeito aos acordos comerciais do Brasil, especialmente com os parceiros do Mercosul, sob pena de minar a imagem do país no comércio exterior”.

De acordo com Bauer, embora traga diminuição de arrecadação para estados e para a União, a proposta representará benefícios para prefeituras e para a população, especialmente a mais carente.

— No Brasil pagamos 33,9% de impostos sobre medicamentos. Quando a prefeitura faz licitação, o preço pago inclui impostos federais e estaduais. Depois o prefeito tem que vir ao governo federal com pires na mão, pedindo recursos para postos de saúde, ambulâncias — exemplificou.



O texto aprovado é substitutivo de Luiz Henrique (D) a proposta de Paulo Bauer

Além do Imposto de Importação, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), as contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), além do Simples Nacional.

Luiz Henrique reforçou argumentos de Bauer de que Reino Unido, Canadá, Colômbia, Suécia, Estados Unidos, México e Venezuela isentam medicamentos.

França, Suíça, Espanha, Portugal, Japão, Bélgica, Holanda, Grécia, Finlândia, Turquia e Itália cobram no máximo 10% de impostos.

Apesar de votar a favor da proposta, Francisco Dornelles (PP-RJ) avaliou que seria mais adequado tratar a questão por meio de lei. Também votaram favoravelmente Gim Argello (PTB-DF) e Roberto Requião (PMDB-PR). Em Plenário, Bauer apelou ao presidente do Senado, José Sarney, para que a proposta entre em pauta ainda este ano. Ele recebeu apoio de Humberto Costa (PT-PE) e Casildo Maldaner (PMDB-SC).

## Licitação de remédio deve ter mais rigor

Além de oferecer o menor preço, participantes de licitações para compras públicas de medicamentos e insumos farmacêuticos terão que comprovar eficácia, segurança e qualidade dos produtos. Ontem a Comissão de Constituição e Justiça aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 27/07) que estabelece as exigências adicionais.

Durante a tramitação do projeto, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) mudou os requisitos para o registro de medicamentos similares novos e abriu prazo para a adequação dos já existentes. Isso levou o relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a apresentar um substitutivo.

Nesse texto, Aloysio dispensa o cumprimento dos requisitos durante o processo licitatório. Ele justificou a medida com dois argumentos: ausência de pessoal técnico qualificado na comissão de licitação e exigência de apresentação dos laudos técnicos já na etapa de concessão de registro junto à Anvisa.

### Quatro critérios

O relator argumenta que, no momento do registro, são exigidas provas de segurança e qualidade do órgão de vigilância sanitária federal. Assim, na opinião dele, o requisito essencial passa a ser a comprovação do registro, e não a apresentação dos testes.

Na reformulação da proposta, Aloysio incluiu quatro critérios no processo de compras públicas de medicamentos e insumos farmacêuticos: apresentação de licença sanitária estadual ou municipal, comprovação da autorização de funcionamento da empresa participante da licitação, comprovação da autorização especial da empresa em caso de medicamentos ou insumos sujeitos a regime especial de controle e comprovação do registro emitido por autoridade sanitária competente.

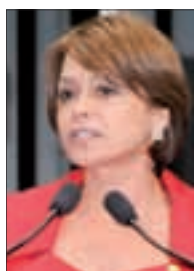
Aloysio rejeitou quatro emendas ao projeto, que segue para votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) antes de ir ao Plenário do Senado.

## Ângela: importância do exame de próstata

A passagem do Dia Nacional de Combate ao Câncer de Próstata, dia 17, foi lembrada por Ângela Portela (PT-RR). Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer (Inca), 50 mil novos casos são diagnosticados anualmente. E o número pode ser subestimado, já que muitos homens têm preconceito para procurar um médico e se submeter a exames, disse a senadora.

— A doença é a forma mais

frequente de câncer entre homens e a segunda maior causa de mortes. Mas, se detectada precocemente, as chances de cura são de até 90%. Por isso, deve-se focar na prevenção — avaliou.



Ângela destacou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, do Ministério da Saúde, e disse que o ministro Alexandre Padilha já assinou portaria regulando o repasse de recursos a municípios para custeio de ações.

## Humberto parabeniza Ministério da Saúde

Humberto Costa (PT-PE) elogiou ontem a iniciativa do Ministério da Saúde de premiar equipes de atenção básica (EABs) com atuação destacada no Programa Saúde Mais Perto de Você.

Serão repassados quase R\$ 75 milhões referentes à certificação de 15.095 equipes de 3.532 municípios. Em Pernambuco, 956 equipes vão receber um total de R\$ 5,7 milhões por terem melhorado a qualidade do



atendimento. Serão beneficiados 130 municípios pernambucanos.

Equipes bem avaliadas poderão receber até R\$ 11 mil por mês. Atualmente, cada equipe recebe de R\$ 7,1 mil a R\$ 10,6 mil.

— Essa ação governamental está perfeitamente em sintonia com o preceito contido na Constituição federal, que traz de forma explícita o direito fundamental do cidadão à saúde — disse.

## Política Nacional de Proteção ao Autista vai ao Plenário

Relatório do senador Wellington Dias (PT-PI) sobre emendas da Câmara a projeto que cria a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Agora, a proposta será votada pelo Plenário do Senado.

O projeto (PLS 168/11) resultou de uma sugestão encaminhada à CDH pela Associação em Defesa do Autista (Adefa).

Wellington excluiu a Emenda 3 apresentada pela Câmara, que previa penas para as práticas de castigo corporal, ofensa psicológica e tratamento cruel ou degradante ao menor com deficiência ou autismo como forma de correção. Segundo ele, as

penas previstas no Código Penal são mais severas.

O senador também alterou a redação da segunda emenda, que prevê multas e sanções ao gestor escolar que recusar a matrícula de aluno com autismo. A emenda especificava penalidades a quem recusasse a vaga “de maneira discriminatória”. O relator optou por eliminar o trecho entre aspas, por entender que a simples recusa é discriminação.

O gestor que recusar a matrícula poderá receber multa de 3 a 20 salários mínimos e até perder o cargo, em caso de reincidência.

A senadora Ana Rita (PT-ES), relatora do projeto original na CDH, destacou que, com a proposta, o autista terá os mesmos direitos das pessoas com deficiência.



Wellington Dias relatou texto sugerido pela Associação em Defesa do Autista



Deputado Paulo Pereira da Silva diz que aposentados farão manifestações no Congresso até o final da próxima semana, como forma de pressão pela votação do projeto

# Mobilização pede fim do fator previdenciário

PARLAMENTARES E LIDERANÇAS sindicais defenderam o fim do fator previdenciário utilizado no cálculo das aposentadorias. Já aprovada no Senado, a proposta está na pauta do Plenário da Câmara dos Deputados, mas a votação ainda depende de negociação. O líder do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), descartou a possibilidade de votar o projeto ainda este ano.

Ontem, em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), o deputado e presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), explicou que o governo teme uma onda de ações na Justiça quando houver a aprovação do projeto, pois desde 1999 “economizou” R\$ 56 bilhões graças à aplicação do fator previdenciário.

O deputado esclareceu que o projeto em tramitação na Câmara não deixa de reduzir o valor do benefício para quem se aposenta antes da idade mínima estipulada em lei (65 anos para homens e 60 anos para mulheres).

— Mas substitui o cálculo atual dessa redução por uma fórmula que fará com que os mais prejudicados se

aposentem com 91% de sua média de contribuição, e não mais com a perda de 40% do que recebia na ativa, como é hoje — disse.

O deputado disse ainda que a mobilização dos aposentados no Congresso será mantida até o final da próxima semana. Ele também afirmou que, durante a votação da proposta orçamentária de 2013 em Plenário, rerepresentará a emenda (rejeitada na Comissão Mista de Orçamento) que estabelece reajuste aos aposentados com base na

inflação e em 80% do índice de crescimento do PIB.

## Lideranças sindicais

Na audiência, o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martins Gonçalves, disse que “governo que não vota o fim do fator e que não dá aumento não pode ser governo do trabalhador”.

— A desoneração da folha de pagamento das empresas vai a mais de R\$ 8 bilhões ao ano e depois eles vêm falar que a Previdência Social tem déficit.

Claro, estão tirando dinheiro nosso — afirmou.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins, Arthur Bueno de Camargo, afirmou que a discussão precisa envolver os trabalhadores que se encontram na ativa, pois eles irão se aposentar.

— É o Executivo que interfere no Legislativo? É preciso então que o Judiciário seja provocado e sejam tomadas medidas. Só pela mobilização poderemos alcançar essa vitória — disse.

O diretor-presidente da

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh), Moacyr Tesch, disse que o ex-presidente Lula criticava o fator, mas nada fez para a extinção dele, e que o mesmo ocorre com Dilma Rousseff.

— O aposentado é moeda de troca em época de campanha política. Depois, passa a ser entulho, incômodo — disse.

Segundo o secretário-executivo da Central Sindical e Popular (Conlutas), José Maria de Almeida, não faltam recursos no Orçamento, “o problema é o que se faz com eles”.

— Do Orçamento de 2013, 47% é para pagar juro. O Plano Brasil Maior destinou R\$ 170 bilhões para grandes empresas. Está errado — afirmou.

Ana Rita (PT-ES) garantiu que “o governo está se empenhando para construir um Brasil cada vez melhor com a organização da sociedade por meio das associações, o que é fundamental para a garantia de direitos”. Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH e requereu a audiência, disse estar indignado com o fato de o reajuste dos aposentados e o fim do fator previdenciário não serem votados.

## Jornalistas australianos falarão sobre índios suruwahás

A CDH ouvirá hoje, às 15h, os jornalistas australianos Paul Raffaele e Tim Noonan, a respeito das experiências com os índios suruwahás durante a realização do documentário *Amazon's Ancient Tribe — first contact*.

A área indígena suruwahá fica no sudoeste do Amazonas. O grupo, que vive isolado na floresta, é formado por cerca de 140 pessoas e possui idioma único. O documentário, realizado

em 2011, foi exibido no Channel 7, da Austrália, e amplamente reproduzido na internet. A iniciativa da audiência pública é de Magno Malta (PR-ES).

## Motorista

A CDH também aprovou requerimentos para a realização de outras três audiências públicas.

Na segunda-feira, às 9h, vai ser debatido o projeto do Estatuto do Motorista.

De autoria de Paulo Paim, o PLS 271/08 tramita atualmente na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), sob a relatoria de Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Também foi aprovada uma audiência em 10 de dezembro para balanço dos trabalhos da CDH no biênio 2011—2012, e outra, em data a ser definida, para discutir as atividades do Conselho de Comunicação Social do Congresso.



## Rollemberg elogia expansão do ensino técnico

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse ontem que o fortalecimento dos ensinos técnico e profissionalizante é uma das conquistas mais importantes dos últimos anos. Ele atribuiu o feito aos governos Lula e Dilma.

O senador disse que, entre 1909 e 2002, ano em que Lula foi eleito presidente pela primeira vez, apenas 140 escolas técnicas foram instaladas no Brasil. Hoje são mais de 350. O número de alunos matriculados passou de 113 mil para 400 mil.

— O governo e o Ministério da Educação têm investido em peso, conseguindo fazer mais do que foi feito nos últimos cem anos — disse.

O senador também elogiou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado no governo Dilma.



## Suplicy destaca melhor padrão de vida dos brasileiros

Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou em Plenário notícia publicada na terça-feira pelo jornal *Valor Econômico* sobre melhoria na qualidade de vida da população.

Segundo o senador, a reportagem mostra que, entre 150 países, o Brasil foi o que melhor utilizou o crescimento econômico nos últimos cinco anos para elevar o padrão de vida e o bem-estar da população.

Suplicy disse que a notícia é relevante especialmente para os governos do ex-presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff.

— A distribuição da renda foi o principal fator de elevação do padrão de vida no país entre 2006 e 2011.

O levantamento foi feito pela empresa internacional de consultoria Boston Consulting Group (BCG).



## Ana Amélia: Dilma precisa questionar barreira argentina

A visita da presidente Dilma Rousseff à Argentina é, para Ana Amélia (PP-RS), oportunidade para a correção das relações entre os países. Dilma participa de um evento sobre integração, desenvolvimento e risco de primarização das economias.

No mês passado, a Argentina registrou pela primeira vez superávit comercial com o Brasil. Segundo a senadora, a queda nas exportações brasileiras para o vizinho é resultado de “perigosas e graves barreiras” impostas pela presidente Cristina Kirchner.

— Está na hora de acabar com o silêncio do governo sobre as questões comerciais. É preciso uma fala franca. Afinal, a solidariedade e os compromissos diplomáticos têm limite. O limite é que não sejam [feitos] em detrimento do interesse nacional.



## Davim quer ajuda para escola pública criada em 1834

Paulo Davim (PV-RN) pediu ajuda para o Colégio Atheneu, em Natal. O senador disse que as instalações da escola — que é estadual — são precárias e precisam de uma reforma urgente.

Ele pediu à governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini, que “olhe mais de perto” os problemas da escola.

Fundado em 1834, o Atheneu é a mais antiga escola do país, disse o senador. Para Davim, é um patrimônio histórico, cultural e social do povo potiguar. Ele lamentou que, além do prédio em más condições, o colégio também sofre com falta de professores e funcionários, salários defasados, evasão escolar e baixo índice de aprovação dos estudantes em vestibulares.

— Precisamos urgentemente resgatar a instituição.



## Vanessa: projeto beneficia patrões e empregados

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou a aprovação de projeto de autoria dela que permite às empresas lançar as despesas de qualificação e de formação profissional de empregados para fins de dedução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica. O PLS 149/11 foi aprovado na terça-feira, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A senadora sublinhou a importância do texto para a geração de empregos mais qualificados e para o desenvolvimento do país. Ela explicou que não há uma legislação que defina o conceito de formação profissional de empregados e destacou que a Receita Federal vem dando uma interpretação restritiva ao que seja essa formação.